

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 6

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

6

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 6 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 6)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-065-0

DOI 10.22533/at.ed.650192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIMENSÃO PEDAGÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS – MA.	
<i>Marilea de Jesus Mendes Everton Pinho</i>	
<i>Fernanda Costa Pinheiro</i>	
<i>Marlyane Santos Pereira</i>	
<i>Weline Leite Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922011	
CAPÍTULO 2	13
A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL EM TEMPOS DE MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Joselita Olivia da Silva Monteiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922012	
CAPÍTULO 3	20
A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ENSINO SUPERIOR: UMA REFLEXÃO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO EM SERVIÇO SOCIAL	
<i>Anne Gabriela Bastos Veiga</i>	
<i>Lucio Carlos Dias Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922013	
CAPÍTULO 4	30
ARTE E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL: EM CENA A PRODUÇÃO NA ÁREA	
<i>Vera Núbia Santos</i>	
<i>Isabelle Pinto Mendonça</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922014	
CAPÍTULO 5	45
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE LUTAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL – CDILUSS: ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DAS LUTAS SOCIAIS E DO SERVIÇO SOCIAL NO MARANHÃO	
<i>Maria da Glória Serra Pinto de Alencar</i>	
<i>Neudilene Viana Diniz</i>	
<i>Selma Maria de Oliveira Brandão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922015	
CAPÍTULO 6	54
DIREITOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA LEITURA A PARTIR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFAM	
<i>Roberta Ferreira Coelho de Andrade</i>	
<i>Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa</i>	
<i>Vivianne Batista Riker de Sousa</i>	
<i>Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922016	

CAPÍTULO 7	66
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO: ESPAÇO DE FORMAÇÃO E APRENDIZADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Wglænia Carlos Bezerra</i>	
<i>Rayanne Amaral Braz</i>	
<i>Lúcia Rocha Bezerra Maia</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922017	
CAPÍTULO 8	80
O FAMILISMO DA POLÍTICA SOCIAL NA AMÉRICA LATINA E BRASIL	
<i>Rosilene Marques Sobrinho de França</i>	
<i>Maria D'Alva Macedo Ferreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922018	
CAPÍTULO 9	90
O MOVIMENTO ESTUDANTIL DE SERVIÇO SOCIAL COMO INSTRUMENTO NA DEFESA E REAFIRMAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DE SERVIÇO SOCIAL NAS IES PRIVADAS	
<i>Ivaneide Duarte de Freitas</i>	
<i>Isabelle Cristina Custodio de Lima</i>	
DOI 10.22533/at.ed.6501922019	
CAPÍTULO 10	98
O TRABALHO DAS(OS) ASSISTENTES SOCIAIS DE SALVADOR NO TERCEIRO SETOR	
<i>Márcia Tavares Josimara Delgado</i>	
<i>Rosângela Fiais</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220110	
CAPÍTULO 11	108
SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO SUPERIOR: A CONCEPÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS DA UFERSA/RN	
<i>Fabrcia Dantas de Souza</i>	
<i>Anne Karoline Silva Felix</i>	
<i>Janaína Maria Silva Holanda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220111	
CAPÍTULO 12	120
ALFABETIZAÇÃO TECNOLÓGICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES PROCESSUAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
<i>Valdomiro de Souza Brito</i>	
<i>Romy Guimarães Cabral</i>	
<i>Caroline Barroncas de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.65019220112	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	129

DIREITOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: UMA LEITURA A PARTIR DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFAM

Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Universidade Federal do Amazonas

Manaus - AM

Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa

Universidade Federal do Amazonas

Manaus - AM

Vivianne Batista Riker de Sousa

Universidade Federal do Amazonas

Manaus - AM

Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha

Universidade Federal do Amazonas

Manaus - AM

RESUMO: O trabalho reflete sobre a articulação entre direitos sociais e formação profissional do assistente social, considerando que tal relação oferece o embasamento necessário à construção do trabalho profissional. Para sua realização, lançou-se mão da pesquisa bibliográfica e documental, aplicação de questionários a acadêmicos do Curso de Serviço Social, tabulação e análise de dados. Traz reflexões resultantes do entrelaçamento entre atividades de pesquisa e extensão. Evidencia que a formação conduzida na Universidade Federal do Amazonas apresenta abordagem satisfatória quanto à discussão dos direitos sociais na operacionalização do currículo.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Sociais,

Formação Profissional, Serviço Social, UFAM

ABSTRACT: The work reflects on the relationship between social rights and training of social workers, here as this relationship provides the baseline necessary for the construction of the professional work. For its realization, hand-launched the bibliographic and documentary research, questionnaires to academic Course of Social Service, tabulation and data analysis. Brings reflections resulting from the intertwining of research and extension activities. Shows that the training conducted at the Federal University of Amazonas has satisfactory approach to the discussion of social rights in the operation of the curriculum.

KEYWORDS: Social Rights, Vocational Training, Social Work, UFAM.

1 | INTRODUÇÃO

Direitos sociais podem ser definidos como direitos fundamentais à sociedade para uma vida digna e saudável, como seguridade social, assistência, educação, dentre outros que conformam para a evolução e desenvolvimento do indivíduo. Assim, o assistente social, segundo o seu Código de Ética, deverá trabalhar com o objetivo de consolidação do exercício

da cidadania, ou seja, tornar real a efetivação e democratização dos direitos para a população.

Como o assistente social trabalha com políticas sociais e viabilização de direitos sociais, sua formação deve assumir:

as responsabilidades políticas e sociais que atravessam a profissão, defendendo, para seus pares, o exercício de direitos reclamados para toda a sociedade: liberdade de pensamento e expressão, de escolha entre várias opções, de acesso às informações, enfim, a defesa de direitos que permitam viver plena e dignamente sua vida pessoal e profissional (GENTILLI, 2012, p. 160).

Portanto, os direitos sociais devem ser exaustivamente trabalhados na formação do assistente social, haja vista que tais direitos são imprescindíveis para a atuação da categoria, uma vez que estes se materializam por meio das políticas sociais, campo em que o assistente social contribui significativamente no planejamento, execução e avaliação.

Por essa razão, os desafios se põem à atuação profissional, demandando a formulação de teorias e estratégias de atuação no campo profissional como forma de fortalecer e consolidar os direitos sociais e as políticas sociais.

Iamamoto (2006) ressalta o olhar crítico proporcionado pela ABEPSS no fortalecimento do tripé: ensino, pesquisa e extensão, o que fornece elementos para prática profissional do Serviço Social de maior qualidade.

A autora apresenta a importância de alargar os horizontes, não somente no recinto acadêmico-profissional do Serviço Social, mas também buscar para além da profissão, como a contextualização da história brasileira em meio à nova organização mundial, um campo fértil para aprender melhor as particularidades profissionais e as diversas relações de determinantes nesses cenários históricos. Assim, abrangendo o conhecimento e saindo do senso comum, permitindo ter esse olhar crítico da realidade social e suas relações de produção, que influenciam o Serviço Social no mercado de trabalho.

A relação entre a formação profissional e as demandas do mercado de trabalho é fundamental, visto que a relevância do Serviço Social na sociedade está atrelada à sua utilidade social, como qualquer profissão inserida na divisão social do trabalho. Analisar a profissão propõe tratar, respectivamente, os modos de atuar e de pensar fazendo com que esta categoria visivelmente assuma como base a questão social, ou seja, a leitura da realidade das relações sociais, tendo em vista também, as políticas sociais públicas e os direitos sociais como fundamentais na formação dessa profissão.

Diante disso, este trabalho busca refletir sobre a relação entre direitos sociais e formação profissional, tomando como referência a pesquisa desenvolvida no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com base em pesquisa bibliográfica e documental, aplicação de questionários aos discentes, tabulação e análise dos dados. As discussões aqui traçadas resultam do entrelaçamento entre

pesquisa e extensão, visto que o artigo traz reflexões provenientes de pesquisas de iniciação científica e atividades de extensão desenvolvidas por meio do Projeto “Oficinas de Serviço Social e Direitos Sociais”.

2 | DIREITOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

Os direitos sociais podem ser definidos como aqueles fundamentados na igualdade social, econômica e cultural entre os cidadãos, visando a estabilidade social com melhor qualidade de vida e igualdade social entre classes, de modo que cada um tenha direito à saúde, educação, moradia, lazer, assistência social e outros serviços sociais, ocorrendo a efetivação dos mesmos por meio de instituições prestadoras desses serviços.

De acordo com Telles (1999), a própria Declaração Universal dos Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas – ONU, de 1948, reconhece que tais direitos, associados aos direitos civis e políticos, têm *status* de direitos humanos na medida em que a vida com plena dignidade não pode ser dissociada do usufruto deste conjunto de direitos.

Marshall (1967) entende a cidadania como a conjugação de três elementos básicos, os quais ele chama de elemento civil, elemento político e elemento social. Podemos dirigir-nos a estes elementos como direitos, onde o direito civil é referente à liberdade individual como o direito de ir e vir, da propriedade privada, da justiça, dentre outros. Já o direito político denota a participação política e ativa do cidadão, como eleitor dos seus representantes ou responsável e/ou participante de instituições políticas.

Por fim, os direitos sociais, colocados em evidência, referem-se a um direito mínimo de bem estar abrangendo também o “(...) econômico e segurança ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade” (MARSHALL, 1967, p.63-64).

No entanto, com Amorim (2010), observa-se que, na sociedade capitalista, a compreensão sobre cidadania se reduz a uma ideia de liberdade resumida à liberdade para o mercado, a igualdade fica apenas no aspecto jurídico e a fraternidade no discurso de diversas instituições. Assim, democracia aparece como forma instável de organização da sociedade por causa da existência de disputa de interesses de classes.

Então, uma compreensão sobre cidadania requer ir além do modo como o conceito de cidadania de Marshall é exercido na sociedade capitalista, o qual é composto pela junção de direitos políticos, civis e sociais, porque são resumidamente compreendidos como um conjunto de direitos políticos, de liberdade e de propriedade.

Desta forma, dão a ilusão de existência de uma igualdade que se sobrepõe às desigualdades (criadas pela dinâmica do mercado) e as anula. No entanto, deste modo são legitimadas as desigualdades sociais, mostrando a falsa impressão de que

a igualdade está fundamentada apenas na possibilidade de participação de todos.

Porém, é uma perspectiva equivocada porque secundariza ou desconsidera os direitos sociais na discussão de cidadania, o que possibilita a incorporação e legitimação da realidade do processo de divisão hierárquica do trabalho como algo fundamental do *status* de cidadão.

Conseqüentemente, as desigualdades sociais, políticas, econômicas, dentre outras, passam a ser vistas como problemas individuais ou de grupos, como se as condições históricas e estruturais presentes na sociedade, que são frutificadas pelo sistema econômico-social capitalista de produção, pudessem ser desconsideradas. Portanto, os direitos sociais devem ser defendidos e exercidos a ponto de trazer o suprimento das carências sociais, viabilizando as necessidades básicas, a fim de promover uma vivência saudável da população.

A vigência desses direitos remete-nos ao início da formação de uma sociedade justa e igualitária, em que todos os cidadãos têm acesso a um conjunto de direitos. Inclusive, para Coutinho (1990), cidadania e democracia estão interligadas e o melhor conceito que expressa a democracia é o de cidadania, a qual é capacidade de apropriação dos bens socialmente produzidos e atualização das realizações humanas por meio da vida social em cada contexto historicamente determinado. É fruto de luta permanente, conquistado pela luta entre as classes, vinda de baixo para cima, resultados da história e não algo dado naturalmente.

Amorim (2010) destaca que a democracia na sociedade capitalista encontra alguns entraves, pois há certa seletividade estrutural-institucional que propicia os interesses dos grandes proprietários na cena política; há conflito entre a burocracia do Estado e os interesses dos órgãos representativos da sociedade; há pouca participação da população na cena política devido ao reduzido acesso a instrumentos para controle dos efeitos políticos, sociais e econômicos; e a tendência à oligopolização partidária que segue tendência de oligopolização da economia.

O que existe, então, é uma “democracia inconclusa” e uma cidadania também inconclusa, já que significativa parte da classe trabalhadora tem liberdade limitada pela falta de acesso e garantia de suas necessidades humanas básicas. Portanto, para que a democracia seja realmente efetiva, é necessário que as necessidades básicas sejam supridas e a vida política seja apropriada coletivamente. Daí a imprescindibilidade de defesa e efetivação dos direitos sociais.

O Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, se faz socialmente necessário na medida em que medeia a relação capital e trabalho e se compromete com a defesa intransigente dos direitos humanos.

Dentre os princípios fundamentais que norteiam a profissão de assistente social, podemos mencionar a “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras [e] defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida” (CFESS,

1993).

O Serviço Social possui uma grande responsabilidade para a emancipação das classes sociais, tendo em vista o disposto em seu código de ética. Esse trabalho inclui o atendimento direto aos usuários nas instituições, o posicionamento sociopolítico em favor do direito e da justiça, bem como o apoio e participação dos movimentos sociais e organizações populares, buscando a democracia e direitos de cidadania.

Nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, o assistente social lida com direitos e trabalha planejando, executando e avaliando políticas sociais, as quais são uma forma de materialização desses direitos. Por isso, a atuação profissional se faz extremamente necessária para que os usuários conheçam e tenham acesso aos bens e serviços sociais. As orientações, encaminhamentos, contatos internos e externos, são meios de viabilização desse acesso.

A atuação comprometida e propositiva deste profissional tende a contribuir para a “qualidade do espaço público, para o controle social e, em última instância, para a construção de uma nova ordem social” (VASCONCELOS, 2001, p. 244). O assistente social atua como um grande articulador, ao passo em que seu conhecimento da gama de direitos sociais, das instituições e dos caminhos necessários, faz com que o usuário usufrua da herança social, como postula Marshall (1967).

3 | DIREITOS SOCIAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A simbiose entre Serviço Social e direitos sociais é patente, na medida em que a profissão ganha legitimidade na sociedade ao viabilizar direitos, por meio de planos, programas e projetos sociais. Então, para significativa atuação profissional, a formação deve propiciar as habilidades e conhecimentos necessários.

Por isto, as próprias Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (ABEPSS, 1996), trazem que “a formação profissional deverá desenvolver a capacidade de orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos”.

Dessa forma, o conhecimento dos direitos sociais para o assistente social é imprescindível, tendo em vista que se faz um dos instrumentos de trabalho mais importantes, pois, a partir desse conhecimento, o profissional irá interagir com o usuário, viabilizando as políticas sociais necessárias à satisfação de suas necessidades.

O futuro profissional deve estar disposto a reconhecer a importância das políticas sociais, apresentadas por Pastorini (2011, p. 71) como “ações que orientam o esforço social para a obtenção de um aumento nos níveis e qualidade de vida da população, contribuindo, dessa forma, para a diminuição das desigualdades sociais”.

Para conhecer e atuar neste campo, o acadêmico precisa receber uma formação profissional que o instrumentalize para tanto. É nesse espírito que a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996) propõe a formação alicerçada

em três núcleos.

Tais núcleos, de acordo com Yamamoto (2006), os núcleos temáticos são indissociáveis, complementam-se e relacionam-se, fornecendo conhecimentos e habilidades necessários para uma formação de qualidade dos assistentes sociais.

O primeiro núcleo é o de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, e aponta que o Assistente Social precisa dominar um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para compreender o ser social e a vida em sociedade, analisando o desenvolvimento da vida social na sociedade burguesa.

O conhecimento sobre a formação e o desenvolvimento da sociedade burguesa permite que o profissional em construção compreenda toda a conjuntura, para que seja possível o entendimento de como se originou a realidade atual da sociedade, sua dinamicidade na sociedade como um todo, a fim de que seja possível a visualização de possibilidades de intervenção coerentes ao contexto social, objetivando que a compreensão de que os direitos sociais não são uma dádiva, mas fruto de um processo histórico marcado por lutas sociais.

Podendo também ser acrescentado que as abordagens ontológicas e teleológicas sobre o mundo do trabalho, a partir dos conceitos de Marx, permitem o contraste entre o que deve ser o trabalho e como ele tem sido retratado na realidade em que nos encontramos, dando espaço para maiores análises sobre o mundo do trabalho e os direitos sociais, entre vários outros questionamentos que são possibilitados por este núcleo.

O segundo núcleo é o de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da sociedade brasileira e se refere ao conhecimento da formação e desenvolvimento da área econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira, a relação entre Estado e sociedade, o tratamento das políticas públicas, o desenvolvimento do processo capitalista, a análise da questão social e suas origens, entre outros.

Transitar pela história brasileira, a construção de seu sistema de proteção social, possibilita a compreensão sobre os avanços e retrocessos existentes no trato da questão social no Brasil. As políticas sociais nem sempre são marcadas pela lógica do direito, permeadas por distorções: assistencialismo, clientelismo e paternalismo.

Entender como os direitos se consolidaram e quais os aparatos legais de cada direito, permite que o assistente social, além de conhecer e compreender as particularidades da realidade social brasileira e seu desenvolvimento influenciado pelos ideais capitalistas e neoliberais, seja capaz de planejar intervenções e ter a perspectiva crítica aguçada para as situações subjetivas que surgem não só no espaço sócio-ocupacional, mas na realidade brasileira em geral.

O terceiro núcleo é o de Fundamentos do Trabalho Profissional e é composto pela abordagem da trajetória histórica, teórica, metodológica e profissional do Serviço Social, a abordagem da ética da profissão, etc., para que situe e capacite o profissional em formação.

As abordagens oriundas deste núcleo permitem o entendimento de como o serviço

social se inseriu na divisão sociotécnica do trabalho, com quais propósitos, e como ele foi se reatualizando com objetivo de atender as demandas que iam surgindo. Aborda também a consolidação do projeto ético-político, as transformações do código de ética profissional que define os direitos e deveres do assistente social, e põe em relevo a relação entre teoria e prática, reconhecendo que formação e trabalho profissional estão irmanados.

Os meios potencializadores da formação são o estágio em serviço social, a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sobre direitos e/ou políticas, os projetos de intervenção voltados para o fortalecimento dos direitos, a discussão sobre as estratégias de atuação, e o acesso à pesquisa e à extensão, assim como em outras áreas de formação, que permitem ao discente a ampliação das discussões sobre os temas referentes ao serviço social.

Então, é impossível pensar a formação profissional sem direitos sociais, visto que a viabilização dos direitos é o principal objetivo da profissão, utilizando, para isto, toda a reflexão teórica que é proporcionada, o planejamento e gestão de planos, programas e projetos, os direcionamentos do projeto ético-político, ou seja, os direitos permeiam toda a *práxis* do Serviço Social.

4 | OS DIREITOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA UFAM

O atual currículo de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) foi construído em 2009, em razão da adesão da instituição ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Na ocasião, o curso, que já funcionava em turno vespertino, passou a também ser oferecido em horário noturno.

Tal projeto de formação está ancorado nas diretrizes curriculares, sustentando-se nos três núcleos de formação propostos pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). A preocupação é instrumentalizar o acadêmico para responder às demandas que emanam dos usuários dos serviços sociais, o que implica em dispor de um arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, que o permita oferecer alternativas que atendam às necessidades e que potencializem os direitos dos usuários. Nesse sentido, seu objetivo fundamental é:

Habilitar e instrumentalizar o aluno para o exercício consciente, coerente e consequente do trabalho profissional. [Seu objetivo é] capacitar profissionais que possam atuar na sociedade, compreendendo as necessidades e interesses dos diferentes grupos, indivíduos e setores, bem como os mecanismos de organização e participação social. Seus conhecimentos devem abranger e considerar os fatos históricos, econômicos, sociais, culturais e políticos (UFAM, 2009, p. 18).

Para desenvolver competências e habilidades, o curso conta com disciplinas, atividades curriculares, seminários, estágio curricular e trabalho de conclusão de curso.

A proposta é que a necessária articulação teoria e prática permeie todo o processo de formação. Para tanto, o curso busca suscitar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, por meio do envolvimento de docentes e discentes em atividades que favoreçam ação – reflexão – ação.

Foi exatamente a partir desse entrelaçamento entre os três pilares da formação acadêmica que brotou a presente reflexão, visto que as discussões conduzidas na disciplina Política Social I (ensino) disseminaram a inquietação quanto à formação profissional e, mais especificamente, sobre o espaço destinado à discussão dos direitos sociais nesse processo.

De modo a avaliar a formação profissional conduzida pelo curso de Serviço Social, foram desenvolvidos projetos de iniciação científica (pesquisa) com foco na formação profissional. Uma das primeiras iniciativas consistiu na aplicação de questionários aos acadêmicos do curso, dos turnos vespertino e noturno, atingindo 78 sujeitos, o que representa 22,87% do total de alunos matriculados no ano de 2014. O critério de inclusão adotado foi que o aluno já tivesse cursado, pelo menos, 50% do curso.

Os dados coletados indicaram que os discentes reconhecem que a formação tem oferecido uma leitura crítica da realidade, bom embasamento teórico e importantes oportunidades de estreitamento da relação teoria e prática, com oportunidades para pesquisa e extensão.

Entretanto, apontaram a necessidade de aprofundar ainda mais os conhecimentos sobre direitos sociais e os meios de acessá-los, razão pela qual foi construído e desenvolvido um projeto de extensão intitulado “Oficinas de Serviço Social e Direitos Sociais”.

As atividades de extensão versaram sobre a relação dos direitos sociais e serviço social, a partir das particularidades de algumas políticas públicas, tendo como atividades palestras, debates e dinâmicas em grupo, na perspectiva de reflexão/ação, tomando como referência o aparato legal dos direitos sociais e as alternativas de intervenção para o assistente social. Tais atividades contaram com a participação de acadêmicos dos dois turnos e dos vários períodos do curso.

No que tange especificamente aos direitos sociais, 56% dos acadêmicos avaliam que a formação tem oferecido um amplo conhecimento sobre os direitos sociais e as políticas sociais, 33% identificam que a base oferecida tem sido boa, 10% julgam que os direitos sociais merecem maior destaque na formação, 1% não respondeu.

De acordo com alguns depoimentos, as disciplinas Política Social I e II exercem papel nucleador quanto às reflexões em torno da construção do sistema de proteção em nível internacional, nacional e local, o que não deixa de demandar os conhecimentos construídos a partir dos núcleos de fundamentos da vida social e de formação sócio-histórica da sociedade brasileira.

Em nível internacional, as reflexões sobre a construção da sociedade capitalista proporcionam o entendimento ampliado e contextualizado sobre a realidade social e sobre os reflexos do modelo econômico atual influenciado pelos ideais neoliberais,

que, ligados ao Estado, atingem significativamente os direitos sociais e precarizam, cada vez mais, as relações sociais originadas no mundo do trabalho relacionado a este contexto.

No caso brasileiro, são apresentados os diversos governos que compõem a história da política nacional, as medidas tomadas por cada governo, suas intenções com as tomadas de decisões e as implicações que elas originaram, sendo abordado também o trajeto de lutas sociais, reivindicações da classe trabalhadora, etc., relacionando-as às conquistas dos direitos e seu reconhecimento através da Constituição Federal Brasileira, além de apresentar o desenvolvimento deste contexto e a situação atual de contrarreforma do Estado brasileiro, enquanto influenciado pelos ideais capitalistas e neoliberais.

Em termos regionais, as abordagens permitem a compreensão da realidade social amazônica e como as expressões da questão social se originaram nesta região, bem como suas manifestações e a necessidade das políticas públicas que foram criadas para atender as particularidades do estado do Amazonas, sobretudo da cidade de Manaus, e de que forma e com qual efetividade elas proporcionam o acesso aos direitos, como, também, análise da gestão destas políticas.

As disciplinas optativas que enfocam a atuação profissional do assistente social nas diferentes políticas sociais trazem as especificidades de cada área, suas conquistas, e o reconhecimento de cada uma delas como direito pelo Estado, sendo ministrada uma matéria obrigatória no currículo intitulada como ‘Serviço Social na área da Família’, que permite maiores entendimentos sobre o conceito família e suas diferentes configurações na realidade atual. Disciplina esta ministrada com objetivo de conhecer a dinâmica da família nos dias atuais, considerando que a família está envolvida em todas as políticas públicas e direitos sociais.

Os seminários, congressos e encontros proporcionam debates, trocas de ideias e experiências que permitem reflexões sobre os direitos e a viabilização deles pelos profissionais dos diversos campos de trabalho.

Os estágios permitem que o profissional em formação visualize melhor a relação entre teoria e prática e compreendam a atribuição que uma traz à outra e a necessidade que uma tem da outra, sendo possível reforçar a ideia de que a prática é indissociável da teoria, como nos afirma Iamamoto (2006).

Também permite que sejam feitas análises sobre a dinâmica de trabalho do assistente social na instituição, a aproximação com os instrumentais e técnicas utilizados pela profissão, os limites institucionais que são impostos para a profissão enquanto institucionalizada, e reflexões sobre o que precisa ser mudado na prática profissional.

Tal processo de aprendizado é realizado a partir da articulação entre discente, supervisor de campo e supervisor acadêmico. Ao fim do desenvolvimento do estágio, é demandado ao acadêmico a construção e implementação de um Projeto de Intervenção no campo de estágio, com objetivo de intervir em alguma situação/problema relacionada

à profissão, a fim de melhorar o acesso dos usuários aos direitos sociais.

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), é feita uma pesquisa pelo discente sob a orientação de um docente da Universidade. Tal pesquisa pode ser abordada a partir de um tema relacionado, preferencialmente, ao campo de estágio em que o aluno esteve ou algum outro tema de seu interesse atrelado à profissão. Após a pesquisa, é construída a monografia que abordará todo o processo de pesquisa, bem como discussões e análises sobre o tema ligado às abordagens da profissão, temas estes sempre relacionados aos direitos sociais e às diferentes políticas sociais.

Todas as modalidades abordadas no curso são direcionadas pela ABEPSS que afirma que estas são necessárias para o aprendizado articulado da formação. E com o que foi aqui exposto, podemos concordar que a formação precisa ser realizada com o compromisso de formar assistentes sociais capacitados, sendo necessário ‘amarrar’ bem os componentes da formação para que falhas sejam evitadas, com intuito de cumprir com os direcionamentos do projeto ético-político do Serviço Social.

5 | À GUIA DE CONCLUSÃO

Assim, fica clara a necessidade de que o Assistente Social tenha uma visão ampla e crítica sobre os direitos sociais e as variadas políticas sociais que permitem que os usuários tenham acesso aos serviços sociais que lhes são reconhecidos e garantidos como direito, como também fica evidente a importância de que o perfil profissional seja construído em articulação com as diferentes faces da formação, evitando que está se dê de forma fragmentada, mas sim articulada e abrangente.

Dessa forma, o conhecimento dos direitos sociais para o assistente social é imprescindível, tendo em vista que se faz um dos instrumentos de trabalho mais importantes, pois, a partir desse conhecimento, o profissional irá interagir com o usuário, viabilizando as políticas sociais necessárias à satisfação de suas necessidades.

Portanto, pensar sobre os caminhos dos direitos sociais e das políticas sociais nesta profissão exige, de forma crítica e criativa, a reflexão sobre uma realidade que está em constante dinâmica e na qual estes profissionais encontram-se inseridos. E segundo Yamamoto (2014) o conhecimento é indispensável para compreensão dessa realidade e esclarecedor para conduzir o trabalho a ser efetivado. Sendo o desempenho do assistente social nas formulações das políticas públicas importante, no alicerce material e organizacional do exercício da profissão.

Assim, para intervir na vida social é necessária uma dimensão interventiva e intelectual. É justamente enfrentar os desafios e compreender a dinâmica da sociedade e do estado e as determinações que isso exerce sobre a área profissional.

Com isto, nos cabe afirmar que a formação em Serviço Social deve ser monitorada constantemente para que as limitações sejam sempre identificadas e superadas, a fim de proporcionar a construção do perfil profissional do assistente social, efetivando o

compromisso ético-político e a internalização dos objetivos da profissão.

Ressalta-se a importância da pesquisa nesse processo de aprimoramento do conhecimento de forma contínua. Yasbeck (2005) descreve a pesquisa como uma viagem fantástica em termos de reflexão, de interrogação, de estratégias. A reflexão que interroga o que parece claro. Uma reflexão que além de individual é, antes de tudo, uma aventura coletiva. Uma reflexão que é também prospecção sobre o futuro, um olhar para frente sem indiferença. É nessa perspectiva que voltamos nosso olhar para formação profissional de Serviço Social processo de construção e desconstrução sempre em busca de uma formação cada vez mais emancipada.

É válido lembrar aqui que o processo de formação não se restringe ao período de estudo em sala de aula, onde professores e alunos apresentam, discutem e analisam os eixos pertencentes à profissão, vai além disso. Fica aparente a necessidade das modalidades além da sala de aula para que o futuro profissional construa uma perspectiva ampla e multifacetada da profissão e da realidade social, tomando para si a *práxis* do serviço social.

Como foi exposto, a partir dos dados da pesquisa verificamos que, no que diz respeito aos direitos sociais, as abordagens na formação em Serviço Social realizada pela UFAM são satisfatórias, porém também consideramos as opiniões que foram dadas afirmando que existem partes que podem ser revistas e melhoradas e as tomamos como verdadeiras.

Assim, como a profissão deve acompanhar a dinamicidade da sociedade a fim de sempre atender as demandas sociais, a formação também deve estar sendo sempre revista para que seja verificado se ela está trazendo as novas contribuições que surgem para a prática profissional e considerando as novidades que a prática implica para a formação, propondo a indissociabilidade das duas, como Silva (2009) nos afirma que deve ser.

REFERÊNCIAS

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. 10 ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional** 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GENTILLI, Raquel de Matos Lopes. Formação profissional, ética e cidadania. In: BONETTI, Dilséa A. et. al. **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. 13. Ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 155-163.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. Ed. São Paulo: Cortez; Celats, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. Ed. São Paulo. Cortez, 2006.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

PASTORINI, Alejandra. As políticas sociais e o Serviço Social: instrumento de reversão ou manutenção das desigualdades? In: MONTAÑO, Carlos. **A natureza do serviço social**: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e, coordenadora. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

TELLES, Vera. **Direitos sociais**: afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

UFAM. Universidade Federal do Amazonas. **Projeto Pedagógico e Regulamentação**: Serviço Social. Manaus: UFAM, 2009.

VASCONCELOS, Ana Maria de. Serviço Social e Práticas Democráticas na Saúde. In: MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2001, p. 242-272.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 147-159, jan./jun. 2005.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-065-0

